

Governadores do PMDB têm nova proposta para rolar dívidas

por Marcos Magalhães
de Brasília

Os governadores do PMDB devem fechar, durante reunião que promoverão amanhã, em Brasília, um acordo em torno da proposta de pagar entre 14 e 16% — mais provavelmente 15% — das suas dívidas internas e externas com aval da União vencidas e a vencer no ano que vem. O número será indicado como saída conciliatória pelos governadores e pelo Congresso Nacional, pois se distancia tanto dos 25% estabelecidos pelo governo federal como dos 10% sonhados pelos estados e municípios.

O caminho para a viabilização da proposta seria a aprovação de uma emenda do deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), que estabelece o refinanciamento, pela União, de 90% das dívidas. A emenda seria modificada quanto à percentagem, mas manteria o princípio. "É a proposta dos governadores incluída no texto da lei", comemorava ontem Pinheiro.

O senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator-geral da comissão de orçamento do Congresso Nacional, preferia ainda guardar reserva quanto à solução que indicará para o problema das dívidas dos estados. "Temos três alternativas

em estudo", limitou-se a dizer Gabriel, procurando manter discrição.

A solução conciliatória entre os interesses dos estados e municípios, de um lado, e da União, do outro, é apresentada como certa, mas a direção da comissão se recusa a assumi-la publicamente. O senador Almir Gabriel, embora lacônico, lembrou que a União espera arrecadar, com o pagamento de 25% das dívidas estaduais e municipais, CZ\$ 580 bilhões, a preços de junho, e que a média atualizada dos mesmos pagamentos, nos últimos

anos, tem sido apenas de CZ\$ 103 bilhões.

"O governo tem uma preocupação obsessiva com a redução do déficit público", afirmou Gabriel, para quem a saúde financeira da União não pode ser conquistada à custa de problemas para estados e municípios. "Devemos perseguir a diminuição do déficit, mas também precisamos discutir a intenção de zerá-lo. Não é verdade que o déficit seja a causa maior da inflação, pois ele vem caindo, ao mesmo tempo em que a inflação dispara."

Segundo parlamentares da direção da comissão de orçamento, a pressão que já vinha sendo exercida pelos governadores do PMDB e pelo presidente do partido e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, a favor de maior rolagem das dívidas, será acrescida agora pelos prefeitos eleitos pelo PT e pelo PDT em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de sua posse, em janeiro, acreditam os parlamentares, os novos prefeitos terão todo o interesse em gastar menos no pagamento de suas dívidas.